

Cartagena abre sem divergências

Montevidéu (do correspondente Rosental Calmon Alves) — Os ministros da Fazenda e de Relações Exteriores dos 11 países mais endividados da América Latina reúnem-se hoje e amanhã, nesta capital, para discutir a adoção de medidas conjuntas destinadas a enfrentar a questão da dívida externa. Será a quarta reunião do grupo, denominado "Consenso de Cartagena", que foi formado em junho do ano passado. Mas, certamente, será a mais importante de todas, pois pela primeira vez praticamente não há divergências entre os três maiores países: Brasil, México e Argentina.

Desta vez, os três países estão levando tão a sério essa reunião de Cartagena, que os ministros Dilson Funaro e Olavo Setúbal alteraram o programa oficial, que previa sua chegada a Montevidéu no início da tarde de ontem, e fizeram uma escala em Buenos Aires. Eles se reuniram ali — na fazenda de um empresário argentino — com seus colegas da Argentina e do México, já que o chanceler e o ministro da Fazenda mexicanos tinham chegado a Buenos Aires na sexta-feira. A reunião serviu para "acertar os ponteiros".

Altos funcionários dos 11 governos que formam o "Consenso de Cartagena" estiveram reunidos quinta e sexta-feira em Montevidéu, para preparar um documento que será analisado na reunião dos ministros. Pelo Brasil, participaram dessas negociações o chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda, Luis Gonzaga Belluzzo, e o sub-secretário geral do Itamarati, embaixador Thompson Flores Neto.

O documento que esse grupo técnico preparou contém uma série de sugestões que serão analisadas pelos ministros hoje e amanhã, no centro de convenções da prefeitura de Montevidéu. Um dos itens mais importantes desse documento sigiloso refere-se à necessidade de redução da transferência de recursos líquidos da renda nacional para o exterior, através do pagamento dos juros da dívida externa.

O grupo técnico que se reuniu previamente estabeleceu também as bases de uma contraproposta em relação ao Plano Baker, anunciado pelos Estados Unidos como forma de ajudar os países mais endividados. Os integrantes do Consenso de Cartagena pedirão maior participação dos bancos comerciais no programa norte-americano (originalmente eles só contribuem com Cr\$ 20 bilhões em dinheiro novo nos próximos três anos) e vão advertir que não aceitarão um programa que signifique apenas transferir a dívida dos bancos comerciais para os bancos multinacionais.